

Jornal da UFU



julho/agosto de 2017 | número 176

LGBT NA UFU

O único caminho é o respeito

EDITORIAL

O corpo da palavra universidade traz aquilo que é um, que é único, que é universal. Os corpos das pessoas, porém, são diversos. Diversidade é o múltiplo, é o vário, e é corpo e mente. Um diverso que é parte daquele universo - do nosso universo.

Esta edição do Jornal da UFU joga a luz decomposta em seu espectro multicolor sobre o tema da diversidade LGBT, especialmente na presença de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na universidade.

A opção editorial pela sigla de quatro letras se baseia no que é mais usual até o momento. Mantivemos, porém, no artigo de opinião sobre [o que a escola e a universidade têm a ver com a vida da população LGBTQI](#), o termo adotado pela autora, a professora Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, que registra também as pessoas queers e intersexuais.

O jornal fala ainda sobre [a comissão que prepara a política de diversidade sexual para UFU](#), sobre os coletivos de estudantes, que são [espaços de luta e acolhida](#) e presta serviço sobre como proceder, no âmbito da universidade, em casos de LGBTfobia, na reportagem [Fui vítima, e agora?](#)

Conheça o trabalho do [Hospital de Clínicas, que realiza atendimento especializado para pessoas trans](#), e o programa de extensão coordenado pela professora Flávia do Bonsucesso Teixeira, que ela detalha na entrevista [Para não descer do salto](#).

No perfil [Arestas do eu](#), Lila Monteiro compartilha sua narrativa de mulher trans que, ao ser também estudante da UFU, rompe com o estereótipo que ela mesma observava nas que são como ela.

Porque universidade é lugar de diversidade.

Comissão prepara política de diversidade sexual para UFU

Minuta de resolução será apresentada ao Consun no segundo semestre de 2017

Por Fabiano Goulart

Educação como direito de todos e em igualdade de condições de acesso e permanência. Fundamentada nesse princípio constitucional, em sua [primeira resolução do ano de 2015](#), o Conselho Universitário (Consun), órgão máximo de deliberação da UFU, assegurou às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais (LGBT) o direito do uso do nome social no âmbito da instituição. Essa iniciativa, que se soma aos programas nacionais de combate à violência e à discriminação e de promoção dos direitos humanos e da cidadania do público LGBT, de acordo com o presidente da Comissão para Elaboração da Política de Diversidade Sexual da UFU, Emerson Fernando Rasera, do Instituto de Psicologia, é a única questão específica sobre diversidade sexual formalmente bem resolvida na universidade.



Pedro Ferreira, aluno do curso de Direito e militante LGBT, utiliza nome social na UFU.

“Essa política, até onde temos acompanhado, tem funcionado adequadamente. Atualmente, o aluno, técnico ou docente que quiser fazer alteração do nome social, no que se refere aos documentos internos da universidade, basta preencher o formulário e fazer a solicitação e, então, sua documentação interna será modificada, como, por exemplo, o nome do aluno no diário de classe”, explica. A UFU, por muito tempo, ressalta Rasera, desenvolveu ações isoladas no campo específico da diversidade sexual, representadas por pesquisas feitas por professores da instituição e por alguns serviços de atenção à saúde do público LGBT prestados pelas faculdades de Medicina (Famed) e de Direito (Fadir) e pelo Instituto de Psicologia (IP), dentre outros.

A política de diversidade para a UFU

Composta por professores, técnicos administrativos e alunos da universidade, a Comissão para Elaboração da Política de Diversidade Sexual da UFU, instituída em novembro de 2016 e reestruturada em junho de 2017, concluiu as três ações da primeira etapa de seus trabalhos. “Fizemos a análise da legislação e jurisprudência em diversidade sexual, analisamos as experiências de outras universidades na produção de programas e de políticas nesta área e realizamos o levantamento de necessidades junto à comunidade UFU”, relata Rasera. Já nessa fase de redação da proposta, a equipe tem até o dia 13 de dezembro deste ano para entregar a minuta de resolução que será apreciada pelo Consun.

No dia a dia

O levantamento e as conversas com os coletivos, segundo Rasera, revelaram desde a ocorrência de situações em que professores e alunos fazem piadas homofóbicas em sala de aula, gerando constrangimentos para os alunos, até o caso das baterias, “que muitas vezes cantam letras de músicas que são machistas, misóginas, homofóbicas, que desqualificam mulheres, desqualificam pessoas LGBTs”, relata.

A universidade, ainda de acordo com o professor Rasera, não pode ser um local que admita e muito menos promovam esse tipo de discurso. “Isso não leva à morte especificamente, apesar de que, em alguns casos, sim, mas traz um sofrimento mental, psíquico, crônico, duradouro. Temos relatos de alunos que chegaram a abandonar o curso por esse tipo de vivência. Então, temos que estabelecer ações que não sejam apenas para punir, mas numa lógica da promoção da igualdade”, adverte.

Assistência estudantil e diversidade sexual nos campi

Criada em abril de 2016, a [Pró-Reitoria de Assistência Estudantil \(Proae\)](#) tem, entre seus objetivos, a inclusão e a promoção de igualdades no âmbito da instituição. Como ação específica no campo da diversidade sexual, foi instituída, em setembro de 2016, a [Bolsa Proae](#), que concede suporte financeiro e apoio psicopedagógico com reserva de vagas aos estudantes da UFU em situação de vulnerabilidade socioeconômica autodeclarados LGBTs, dentre outros grupos.

Fale com a Divisão de Assistência e Orientação Social (Diase/UFU)

Pontal: diasepontal@ufu.br | (34) 3271-5206

Monte Carmelo: diasemc@ufu.br | (34) 3810-1023

Patos de Minas: diasepm@ufu.br | (34) 3823-3714

Uberlândia: diase@proae.ufu.br | (34) 3230-9557

Campus Santa Mônica - Av. João Naves de Ávila, 2.121, bloco 3P (prédio da Reitoria), sala 106.

Espaços de luta e acolhida

Coletivos surgem por iniciativa dos alunos e combatem o preconceito

Por Leticia Brito
Marcela Pissolatto

Há dez anos, um crime chocou a sociedade portuguesa e gerou debates sobre transfobia no país, resultando em novas leis voltadas para a igualdade de gêneros. Gisberta Júnior era uma transexual brasileira e foi assassinada em Portugal depois de ser agredida por 14 adolescentes durante dias. Por toda a sua história, transformou-se em símbolo LGBT e deu nome a um dos coletivos que lutam pela causa na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Criado em 2015, o grupo foi formado por estudantes de Psicologia que já estavam discutindo a temática há um tempo e resolveram iniciar algumas práticas no instituto do curso. De acordo com um dos integrantes, o estudante Luiz Otávio Prado, a ideia era criar um espaço para formar e informar as pessoas. “A gente entende que é de extrema importância manter ações e atividades de conscientização, a fim de abrir o diálogo para questões que, geralmente, não são discutidas amplamente em espaços comuns”, afirma.

O “Gisberta Júnior” é o único coletivo do Campus Umuarama, mas poucas pessoas vão às reuniões e continuam participando ativamente. Por isso, o grupo fez uma consulta para saber a opinião dos estudantes sobre o coletivo. Assim, foi possível entender o que as pessoas estavam esperando do grupo. “Surgiu principalmente a questão da conscientização, de que haja um espaço em que as pessoas não sejam discriminadas, não só por questão de orientação sexual e identidade de gênero, mas também por não conhecerem direito as terminologias e quererem aprender a respeito, saber um pouco mais, [para que] não sejam julgadas por não conhecerem tão profundamente”, esclarece Wagner Nunes, que também é integrante do coletivo.



As reuniões do Gisberta Júnior são abertas e acontecem toda segunda-feira, às 13h, no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia

Acolhimento e recepção

O coletivo é aberto a todos que queiram participar. “Acho que é uma ferramenta muito útil para a gente conseguir melhorar a condição com que as pessoas LGBT se percebem e se encontram na universidade”, opina Prado. O grupo acredita que isso faz diferença, principalmente, para aqueles que vêm de outra cidade, como é o caso de Prado e de Nunes.

Natural de Sacramento (MG), Prado conta que, quando ingressou na universidade e se mudou para Uberlândia, ficou desconfortável com algumas brincadeiras de recepção que tinham teor discriminatório. Apesar de já ter consciência dos seus sentimentos e de quem e como ele era, ainda não se assumia como homossexual para as pessoas. “Depois, eu encarei a realidade de frente, de conversar com meus pais e meus amigos. Acredito que estar no coletivo foi uma forma de me fortalecer a ter essa coragem, [...] pelos textos que a gente lê, discussões que temos e troca de experiências”, relata.

A história de Nunes é parecida. Ele, que veio de Campina Verde (MG), também já sabia que era homossexual. Sentiu que fazer parte do coletivo o ajudou quando resolveu contar para os pais. “Estar na universidade com pessoas que também são LGBT proporciona uma integração maior. E você é isso, não tem como negar. Como faz parte da pessoa que você é, chega uma hora que se abre para todo mundo”, opina. Ele acreditava que iria sofrer muita rejeição das pessoas, mas isso não aconteceu. “Acho que a gente tem muito preconceito com nós mesmos quando vamos nos assumir. No meu caso, isso foi maior”, declara.

“A gente sempre espera o pior”. É assim que Prado explica o sentimento que tinha antes de se assumir. Segundo ele, isso é motivado pelas experiências de outras pessoas, que acabam tendo que sair de casa porque os pais não aceitam ou até situações piores. Entretanto, se sentir querido pelas pessoas ao redor dá mais confiança para encarar a situação. “Principalmente para quem é de fora, encontrar um suporte aqui, saber que vai ter um coletivo de pessoas que vão te entender, que você pode conversar e desabafar, que já passaram por isso”, afirma.

As Cores do Pontal

Esse é o nome do coletivo LGBT que se organiza no Campus Pontal da UFU, na cidade de Ituiutaba (MG). Em 2013, alguns estudantes de diferentes cursos decidiram se juntar, motivados também pelo que encorajou o coletivo Gisberta Júnior: promover o diálogo e a união das pessoas LGBT para combater o preconceito.

A estudante Bárbara Rufino de Carvalho, do curso de História, está no coletivo As Cores do Pontal e participou de sua fundação. “Entendemos que era necessário fazer o debate sobre a temática de diversidade, de gênero; era necessário realizar ações dentro da universidade, fazer atividades de formação política para debater essas questões”, lembra.



Bárbara Rufino faz parte do coletivo As Cores do Pontal desde sua fundação, em 2013

Que ações e atividades são essas?

O coletivo movimenta Ituiutaba com eventos dentro e fora da UFU. De acordo com Carvalho, o mais conhecido deles é o Universidade Fora do Armário (UFA), mas a última edição foi em 2014. “Não aconteceu nos outros anos por conta da greve e porque o edital em que ele foi aprovado deixou de existir”, explica.

Outros exemplos de eventos são o “Desconstruindo gênero” e o “Miss e Mister LGBT Ituiutaba”. Em agosto, acontecerá a Parada LGBT de Ituiutaba, organizada pelo coletivo, que traz a temática “Pelo fim da violência contra pessoas LGBT, nenhum direito a menos”. “E vai ter uma semana de conscientização antes da Parada com várias atividades, principalmente palestras”, adianta Carvalho.

O coletivo é composto oficialmente por oito integrantes, que participam de maneira fixa das atividades, além de outras pessoas que atuam indiretamente. “Quando ele foi fundado, tinha somente graduandos; hoje em dia, tem pessoas da comunidade que não fazem faculdade [na UFU]”, conta a estudante.

Ela explica que não existem datas fixas para as reuniões, pois elas acontecem de acordo com a disponibilidade das pessoas. “A gente articula mais através das redes sociais. Têm reuniões presenciais, mas a gente procura fazer coisas mais informais mesmo, para que as pessoas fiquem mais descontraídas e se sintam mais à vontade”. Um exemplo de assunto de discussão do coletivo é “quando acontece alguma situação de preconceito relacionado à nossa comunidade e a gente tenta fazer essa articulação e mobilizações também”.

Ultrapassando os muros da universidade

O coletivo As Cores do Pontal vem passando por um processo de mudança: está se transformando em uma organização não governamental (ONG). O grupo acredita que, sendo uma ONG, é mais fácil promover diálogos e firmar parcerias com as universidades de Ituiutaba e com a prefeitura da cidade.

Eles pretendem também fazer parcerias com cursos da UFU, como de Serviço Social, Direito e Psicologia. “A ideia é que a nossa ONG tenha sede própria, que a gente consiga fazer diálogo com o poder público municipal, para que nossas demandas sejam atendidas, e que ofereça apoio jurídico, psicológico e de assistência social para a população LGBT”, planeja Carvalho.

Elas pretendem também fazer parcerias com cursos da UFU, como de Serviço Social, Direito e Psicologia. “A ideia é que a nossa ONG tenha sede própria, que a gente consiga fazer diálogo com o poder público municipal, para que nossas demandas sejam atendidas, e que ofereça apoio jurídico, psicológico e de assistência social para a população LGBT”, planeja Carvalho.

Elas pretendem também fazer parcerias com cursos da UFU, como de Serviço Social, Direito e Psicologia. “A ideia é que a nossa ONG tenha sede própria, que a gente consiga fazer diálogo com o poder público municipal, para que nossas demandas sejam atendidas, e que ofereça apoio jurídico, psicológico e de assistência social para a população LGBT”, planeja Carvalho.

Elas pretendem também fazer parcerias com cursos da UFU, como de Serviço Social, Direito e Psicologia. “A ideia é que a nossa ONG tenha sede própria, que a gente consiga fazer diálogo com o poder público municipal, para que nossas demandas sejam atendidas, e que ofereça apoio jurídico, psicológico e de assistência social para a população LGBT”, planeja Carvalho.

Stéphanni Brunelly

Ela faz parte do coletivo As Cores do Pontal. Aos 26 anos de idade, cursa o primeiro período de Geografia, no Campus Pontal. Gosta de dizer que nasceu em uma caixinha de sapatos. É que a Stéphanni começou como uma drag queen, aos 14 anos de idade. A família não podia saber que “aquele rapazinho” se vestia de mulher e fazia shows em festas aos fins de semana. Então, depois das performances, ia para a casa de amigas e primas, trocava de roupa, tirava a maquiagem, a peruca e tudo mais que era da Stéphanni. Tudo isso, e Stéphanni, ficavam escondidos na caixa de sapatos.

“A partir disso, eu senti uma necessidade de ser Stéphanni 24 horas. Eu me olhava no espelho e não me via mais aquele menino que, durante o dia era homem e, à noite, nos fins de semana, se montava e ia para a boate”. A família não aceitou quando ela se assumiu mulher transexual. Stéphanni teve que sair de casa, quando tinha seus 15 para 16 anos. O caminho que encontrou para se sustentar foi a prostituição. “Quando nos assumimos transexuais, todas as portas se fecham e uma única se abre: a da prostituição. Ou eu me autossustentava, ou eu passava fome”, relata.

Passou por muitas cidades. Costuma dizer que conheceu o mundo. Foi para Uberaba, Uberlândia, São José do Rio Preto, Belo Horizonte, Goiânia, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. Quando já estava com 18 anos, sua avó paterna, quem a criou, ligou e disse para ela voltar a morar em casa. “Eu falei ‘eu posso até voltar, vó, mas, hoje em dia, aquele menino que vocês conheceram não existe mais porque eu sou menina. Eu uso calcinha, eu uso roupas de mulheres. Se for para me aceitar dessa forma eu volto’. E voltou. A recepção foi diferente. “Hoje, toda minha família me respeita, me acolhe”, conta.

De volta a Ituiutaba, Stéphanni foi convidada para eventos que o coletivo As Cores do Pontal promovia. Fez uma apresentação como drag queen, ministrou palestra sobre transfobia e deu minicurso de maquiagem. Em meio a esse envolvimento com a universidade por causa do coletivo, uma professora perguntou por que ela não fazia faculdade. “Aquilo me marcou e aí eu comecei a correr atrás do tempo perdido. Comecei a ocupar aquilo que eu tenho direito. Nós transexuais temos todo o direito de estar no setor acadêmico”. Foi então que ingressou no curso de Geografia.

Ela acredita que essa não é a realidade da maioria das pessoas transexuais porque poucas delas fazem curso superior. “Na escola passei por muito preconceito. Era a gayzinha, o viadinho, a bichinha da sala. Muitas trans não têm estudo superior porque não concluíram o Ensino Fundamental e Médio devido à grande opressão”, opina.

A estudante agora tenta trazer suas amigas para a universidade. “A UFU me recebeu de braços abertos. Sempre me trataram muito bem, com respeito, da forma que eu gosto de ser chamada. Tenho meu nome social na universidade: minha carteirinha de estudante vem como Stéphanni Brunelly, meu nome na chamada é Stéphanni Brunelly e, quando os professores passam prova ou trabalho, é meu nome social que está ali”, descreve.

Hospital de Clínicas realiza atendimento especializado para pessoas trans

SUS atende pessoas no processo de transexualização desde 2008

Por Jussara Coelho

O Hospital de Clínicas de Uberlândia da Universidade Federal de Uberlândia (HCU/UFU) tem um ambulatório para atendimento de transexuais, o Centro de Referência em Atenção Integral para Saúde Transespecífica. O espaço funciona às sextas-feiras, das 14h às 18h, dentro do Ambulatório Amélio Marques.

O Centro de Referência existe desde setembro de 2007 e foi implantado como uma atividade extensionista, parte do projeto Em Cima do Salto: Saúde, Educação e Cidadania. Segundo a coordenadora acadêmica do centro, professora Flávia do Bonsucesso Teixeira ([veja entrevista](#)), foi o primeiro serviço de atenção integral em saúde para travestis no Brasil, posteriormente ampliando o atendimento para pessoas transexuais. Os serviços prestados estão estabelecidos por meio dos princípios constantes na Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes” e enfatiza a igualdade da assistência à saúde, sem privilégios e preconceitos.



O Centro de Referência funciona às sextas-feiras, das 14h às 18h, dentro do Ambulatório Amélio Marques no HCU-UFU.

Outro preceito para a criação e o funcionamento do ambulatório foi a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (Portaria MS nº. 675 de março de 2006), que consolidou os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o país. De acordo com o terceiro princípio da carta, é direito dos cidadãos o atendimento acolhedor na rede de serviços de saúde de forma humanizada, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em função de idade, raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, características genéticas, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, ser portador de patologia ou pessoa com deficiência. É garantida a identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome da doença, códigos, de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso.

Desde agosto de 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da publicação da Portaria nº 457, atende pessoas no processo de transexualização, podendo, assim, realizar cirurgias de mudança de sexo. Em novembro de 2013, o Ministério da Saúde (MS), pela Portaria nº 2.803, ampliou o processo transexualizador no SUS, aumentando o número de procedimentos ambulatoriais e hospitalares e incluindo procedimentos para redesignação sexual de mulher para homem.

Até 2014, foram realizados no Brasil 6.724 procedimentos ambulatoriais e 243 procedimentos cirúrgicos em quatro serviços habilitados no processo transexualizador no SUS, conforme dados do MS.

Centro de Referência em Atenção Integral para Saúde Transespecífica

O Ministério da Saúde estabelece que, antes das cirurgias, são realizados uma avaliação e o acompanhamento ambulatorial com equipe multiprofissional, com assistência integral no processo transexualizador. Para obter atendimento, os pacientes devem atender a requisitos como: maioridade, acompanhamento psicoterápico por, pelo menos, dois anos, laudo psicológico e psiquiátrico favorável e diagnóstico de transexualidade. Ainda conforme o MS, o processo transexualizador ou cirurgia de mudança de sexo pode ser definido como um conjunto de estratégias assistenciais para transexuais que pretendem realizar modificações corporais do sexo, em função de um sentimento de desacordo entre seu sexo biológico e seu gênero - em atendimento às legislações e pareceres médicos.

O ambulatório, explica Teixeira, realiza o acolhimento de todos os usuários que buscam o serviço, mesmo que por demanda espontânea. Também faz o acolhimento por meio de demanda programada e agendamento via encaminhamento de outros serviços ou órgãos públicos. Após o acolhimento, é agendada a primeira consulta com o médico responsável pela clínica ampliada, que estabelece o projeto de cuidado junto com o usuário. As demais consultas com a equipe seguem esse planejamento.

A equipe que atende em Uberlândia conta com o responsável técnico Julio Boneti, a coordenadora técnica Cristina Crovato e a coordenadora acadêmica Flávia Teixeira. Os três atuam juntamente com o grupo de saúde multidisciplinar: médico da saúde da família, endocrinologista, ginecologista, psicóloga, enfermeira, cirurgião plástico, assistente social e psiquiatra.

O serviço disponibilizado no HCU está credenciado apenas para a modalidade ambulatorial. “Não realizamos procedimentos cirúrgicos ainda. Isso é um gargalo para nós e para os usuários que não conseguem ser atendidos [para cirurgia] em nenhum outro serviço”, elucida Teixeira. A coordenadora acadêmica ressalta que são apenas cinco serviços cirúrgicos credenciados no Brasil junto ao SUS, localizados nos estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Mas, segundo Teixeira, nem todos estão funcionando normalmente. “O tempo de espera pela cirurgia é muito longo e desgastante”, afirma.

Myllena Müller, 31, é atendida pelo ambulatório há seis anos. Ela conta como foi a transição de seu reconhecimento de gênero e sua chegada ao HCU. “Foi assim: desde os meus 13, 14 anos eu já me sentia diferente. Então, chegou num certo ponto, que eu fui em busca de ajuda e foi quando eu comecei a tomar hormônios regularizadores, igual todas no início tomam: uma indica, outra indica... e isso não faz muito bem à saúde. Logo em seguida, eu consegui uma ajuda muito grande do pessoal do PSF [Programa Saúde da Família], que me informou que estava surgindo o grupo ‘Em Cima do Salto’. Foi quando eu iniciei todo o tratamento”. Müller relata ainda que o tratamento, no início do projeto, contava com apenas um clínico e uma assistente social e que, com o tempo, foram incluindo os tratamentos psicológico, psiquiátrico e hormonal.

Sobre o processo de tratamento a que o SUS submete os candidatos à cirurgia, Müller afirma ser necessário esses dois anos. E justifica: “se você for puxar toda essa questão de ‘homossexualismo’, teve muita gente que se suicidou, muita gente que depois que fez a cirurgia se arrependeu.

Então, sim, acho que tem que haver esse tempo. Acho que dois anos é muito pouco, acho que devia ser pelo menos três anos para a pessoa realmente ter certeza. Eu fiz dois anos e meio de tratamento e só fui realmente ficar bem, compreender melhor, depois que passei por uma série de tratamento. Você pensa que é uma coisa e é outra. Não é só você chegar lá e fazer a cirurgia e pronto. Então, o tratamento e o acompanhamento são muito bons e têm que ser feito sim”.

Ainda sem ter realizado a cirurgia, ela conta que está na fase do pré-operatório. “A gente tem todo o encaminhamento aqui [em Uberlândia] e eles fazem indicações para outras cidades com referências.



Myllena Müller está na fase do pré-operatório

Puberdade

Um relatório emitido pela equipe multidisciplinar da UFU embasou a decisão da Justiça de Minas Gerais de conceder, em julho deste ano, tutela antecipada para garantir que um adolescente de 12 anos seja submetido aos tratamentos e acompanhamentos médicos, psicológicos e psiquiátricos, independentemente da vontade paterna, para interromper a puberdade e proteger o direito fundamental à saúde.

Na avaliação dos profissionais da UFU, o adolescente apresenta quadro clínico de transtorno de identidade sexual, comportando-se como do gênero feminino e com sexo genético masculino. “Muitas vezes as pessoas acham que é uma escolha. Mas não é uma escolha. É uma condição”, destaca a endocrinologista Taciana Maia, da equipe multidisciplinar.

O uso da medicação é preventivo, com efeitos reversíveis, não prejudica a formação do adolescente e respeita sua vontade e as condições de gênero, garantindo a proteção de sua saúde física e mental.

Para não descer do salto

Programa leva apoio e conscientização a travestis e transexuais de Uberlândia

Por Giovana Oliveira

Desde 2006, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) desenvolve um trabalho de extensão e pesquisa com a população de travestis e transexuais da cidade. Com os eixos saúde, educação e cidadania, o programa Em Cima do Salto leva conscientização, apoio psicológico e médico ao público. Para funcionar, o programa conta com uma equipe de profissionais da saúde, além de ser um espaço de formação para os estudantes da UFU.

A professora e antropóloga Flávia do Bonsucesso Teixeira, da Faculdade de Medicina (Famed/UFU), é uma das fundadoras do programa que, em 11 anos de história, trouxe experiências e orgulho à docente. Para entender mais sobre o Em Cima do Salto, o Jornal da UFU entrevistou Bonsucesso, que relatou acontecimentos, celebrou conquistas e traçou planos para um futuro breve. Confira!



Flávia do Bonsucesso Teixeira é antropóloga e desenvolve trabalho com transsexuais e travestis desde que chegou à UFU, em 2006

A ideia e a prática

“ Eu vim para a UFU e para o curso de Medicina, no ano de 2006, e aqui assumi uma disciplina que se chamava Medicina Preventiva e Comunitária. Nela nós tínhamos que fazer alguns trabalhos de campo com os alunos para entenderem o processo de pesquisa. Como sou antropóloga, eu escolhi trabalhar com o grupo a maneira como as travestis pensavam sobre a questão do HIV/Aids, e foi muito interessante a pesquisa.

O tempo todo elas me questionavam: ‘o que vocês querem saber? o que vocês vão fazer com isso? vocês vêm aqui e depois vão embora!’ Como eu trabalho com pesquisa e intervenção, fiz uma proposta para elas, dentro daquilo que eu consigo fazer no lugar de antropóloga. Eu poderia pensar um projeto de intervenção a seguir da pesquisa, com os resultados mais importantes que eu localizasse.

Um deles [resultados] foi o nenhum, ou quase nenhum, acesso a serviços de saúde. Elas estavam há muitos anos sem procurar serviços de saúde, falavam da discriminação, da dificuldade de acolhimento nesses serviços, existia uma lacuna. O outro elemento é a pouca ou mínima informação sobre DST/Aids. Me lembro que muitas delas consideravam que tuberculose é uma DST, por essa ser uma doença oportunista para HIV, por exemplo.

Com os resultados da minha pesquisa, associados aos resultados de outra pesquisa realizada em Uberlândia, em 2003 pela Bemfam [a organização Bem-Estar Familiar no Brasil], em que, em uma das respostas do grupo focal, a travesti falou ‘Deus me livre de conhecer a Medicina [como é conhecido o HCU/UFU], lá eles não sabem tratar a gente, eles nos tratam como bichos’. É uma responsabilidade muito grande, porque somos nós que formamos, e eu escutei isso em um congresso. Então eu volto e construo o primeiro projeto chamado ‘Em Cima do Salto - Saúde, educação e cidadania’. Ele nasceu como projeto em novembro de 2006, com apoio da Famed/UFU e perspectiva de educação em saúde.”

O ambulatório

“ Em setembro de 2007, nós construímos o ambulatório ‘Saúde das Travestis’. Esse foi o primeiro nome que ele teve, porque não pensávamos nas outras pessoas, estávamos respondendo a uma demanda.

Tem uma travesti que já morreu e eu gostava muito dela. Um dia a encontrei na rua e uma colega tinha colocado álcool no delineador dela, os olhos estavam muito irritados, ela havia ido ao serviço de saúde e lá não quiseram atendê-la. Ela estava na rua trabalhando quando eu passei, e ela disse: ‘Professora, eu vou esfregar a camisinha nos olhos? Quando eu tiver dor de garganta eu amarro um preservativo no pescoço? Porque as pessoas só nos enxergam a partir da Aids’. Eu respirei fundo e vim conversar com o professor Ben Hur [Braga Taliberti], que hoje é diretor da faculdade, e propus que ele montasse o ambulatório comigo e ele topou.

Foi assim que o ambulatório nasceu, e a gente foi crescendo. Na verdade as atividades foram ficando cada vez mais complexas e cada ação do projeto se transformou em um projeto específico e tudo junto virou o programa Em Cima do Salto. Agora completam 10 anos de ambulatório.”

Três eixos e sua importância

“ Tínhamos dois projetos que vêm até hoje: o ‘Há vida nas calçadas’, que faz a distribuição de insumos nos espaços de vida e trabalho das travestis, e o outro ‘Educando pelos pares’, que faz a formação política com elas e todo o processo de discutir a questão de saúde e doença. É um trabalho muito interessante e importante. Esses dois projetos nascem juntos dentro desse outro projeto [Em Cima do Salto], e eles foram ganhando forma.

A importância [dessa divisão] é nós pensarmos na singularidade e na necessidade das pessoas, além da interseccionalidade dos projetos. Então temos pessoas do Direito, das Ciências Sociais, da Psicologia, alunos de outros cursos que já passaram por esses projetos em diferentes momentos. Nós pensamos em uma formação integral e também nas demandas que são muito diversas. Para focar precisou-se recortar, mas para não perder a integralidade mantivemos um programa único, que aí os projetos dialogam tanto em pessoas quanto em ações.”

Atendimentos

“ No ambulatório, nós temos duas modalidades, a livre demanda e o agendamento. A livre demanda é aquele acolhimento que acontece da pessoa que não agendou antes. Funcionamos das 14h às 18h, todas as sextas-feiras. Você chega e vai ser acolhida.

Para as travestis, nós conseguimos o agendamento imediato para o médico da saúde da família, porque aprendemos ao longo dos anos que não dá para agendar para a outra semana. O modo delas de pensar a vida e o tempo é muito diferente do nosso; se não conseguimos cuidar do outro dentro da lógica de funcionamento dele o serviço não tem sucesso. Para as outras pessoas, fazemos o acolhimento e agendamos o retorno, mas ninguém sai do ambulatório sem ser atendido.”

Mudanças no tempo

“ Quando o Em Cima do Salto começou, as travestis tinham muita dificuldade de sair pela cidade de dia. Elas tinham medo. Você não via as travestis transitando no shopping ou no cinema, e isso é algo que acontece no restante do país. É claro que essa mudança não é fruto só das nossas ações. Várias vezes as vi com a camisa do nosso projeto e é como se elas estivessem dizendo ‘eu tenho um lugar’. Eu senti isso muito ao longo dos anos.

A partir de 2010, elas constituíram uma ONG, a Triângulo Trans, que nasce dentro do nosso programa, e isso para mim é o máximo de autonomia e para gente é motivo de muito orgulho. Depois da ONG, nós temos uma vereadora travesti [Pamela Volp] e esse é um outro momento histórico.

Hoje, o maior desafio que enfrentamos, é conseguir cadastrar o Hospital [HCU/UFU] para a realização das cirurgias que estão previstas na portaria do processo transsexualizador.”

Histórias marcantes

“ Entre as muitas mortes que eu já acompanhei, eu fui a um velório com as travestis. Quando chegamos, a família dela havia vindo. Uma família que estava há muitos anos distante. Ela tinha um histórico de expulsão, como é muito recorrente.

Chegamos e ela estava vestida ‘no masculino’, totalmente ‘no masculino’, e as outras olhavam para mim como se estivessem me cobrando uma ação que eu não podia fazer. E aí uma travesti chegou para mim e falou: ‘você se compromete a, quando eu morrer, não me deixar ser enterrada assim? E muito menos sem peruca?’. Eu fiquei muito desesperada, porque era uma promessa que eu não poderia cumprir. Eu não teria condições de me responsabilizar por isso.

A gente tentou resolver um pouco na hora e ela olhou para mim e falou: ‘mas professora, se não nos respeitam enquanto vivas, vão respeitar depois de mortas?’. Então eu acho que essa foi uma das experiências mais marcantes com elas.”

Continuidade

“ Nesse momento, a partir de agosto, o programa Em Cima do Salto deixa de existir. Ele vai ser reformulado, porque hoje nós temos um centro de referência em atenção integral em saúde para travestis e transexuais. O ambulatório cresceu, então, nós pretendemos ampliar as ações do laboratório, incorporar a discussão e a prevenção combinada para HIV/Aids dentro do ambulatório para pensar especificamente o público de travestis e transexuais.

E entendemos que conseguimos atingir nossos objetivos. Então, quando hoje nós temos uma travesti vereadora, não faz mais sentido precisarmos de um projeto para sair com elas nos museus e nos shoppings. Elas construíram isso. Com o nosso apoio, sim, com a nossa retaguarda, sim, mas eu acho que isso para mim é uma boa avaliação de um programa. Ele não precisa mais existir da forma que ele está. Nós podemos crescer para aquilo que ele ainda é muito necessário, que é pensar na formação dos profissionais de saúde para a temática da saúde da população LGBT e os enfrentamentos das situações de homofobia. Eu acho que é um compromisso que a gente tem e vamos abrindo outros espaços.”



Arestas do eu

Por Daniel Pompeu

MARCO CAVALCANTI

Vivemos a era das caixas. Não caminhamos em direção à abolição dos rótulos, mas sim à valorização de sua variedade. Sua gênese e multiplicação são irrefreáveis e totalmente justificadas dependendo do espaço que se frequenta. Os que surgem nesse século (ou talvez nesse milênio) estão fadados a nascer, crescer, morrer e, entre esse processo, encontrar uma caixa com seu nome talhado em letras douradas. Um senso de identidade que seja único e confortável assim como a pele que nos protege. A maior parte das pessoas percorre essa jornada enxergando enxutas e apropriadas possibilidades nas vitrines da vida. Nos definimos e somos definidos pelo amor - ou por sua falta, pela política, por nossa profissão, faixa etária, sexualidade, gênero. A construção de uma identidade em bases alheias às opções colocadas por essa vitrine é um caminho que carrega maior número de obstáculos e bifurcações. Lila Monteiro, estudante de Direito na UFU, em sua aventura por enxergar-se e ser enxergada como mulher, desbrava uma mata fechada com facão em punho.

Foi em 2014, quando assistiu a uma palestra de Daniela Andrade, mulher trans e ativista, que as primeiras faíscas de seu processo de transição começaram a se acender. Ali, Lila se reconheceu em uma realidade que fugia ao estereótipo ainda atribuído a muitas transexuais e travestis: que elas surgem e realizam suas atividades profissionais sempre sob estrelas, debaixo da asa de uma cafetina. Essas mulheres existem, mas mostram apenas parte do retrato do que é ser transgênero no Brasil.

A partir disso, Lila começou a ensaiar uma performance que caberia no gênero com que se identifica. “Eu comecei me vestindo em casa, experimentando, fazendo essa brincadeira de como é que minha figura feminina ficaria”. Sair de casa dessa maneira ainda não era cogitado, havia o medo da percepção dos outros do seu corpo em transição. A testemunha mais fiel era o espelho. Apesar de começar a se entender melhor dessa maneira em 2014, Lila só passou a viver publicamente como Lila no ano seguinte. Usou as mídias sociais como teste. “A minha transição virtual aconteceu antes”.

Mudar o nome no ambiente virtual foi fácil. Na UFU, após resolução aprovada em 2015 pelo Conselho Universitário (Consun), o processo também se tornou mais simples (basta requisição no Atendimento ao Aluno), mas, mesmo assim, carrega suas falhas. “A UFU ainda tem problemas em relação ao nome social: ela não adaptou o sistema do Portal do Aluno. A questão das eleições na UFU também ainda não estão adaptadas ao nome social. Se eu for votar em qualquer eleição de DA, DCE, de reitor, o voto é feito com o nome de registro”.

Fora da universidade, ela descreve com empolgação a vitória judicial que teve alguns dias antes da entrevista em direção ao reconhecimento pelo Estado de seu nome e sexo. Apesar de ainda caber recurso pelo Ministério Público, Lila poderá ser ela mesma nos registros públicos quando, e se quiser, casar-se ou adquirir seu primeiro imóvel. A garantia da dignidade nesse tipo de processo, tão naturalizada pela maioria das pessoas, teve de ser conquistada no campo de batalha judicial pela jovem “quase-advogada” de 22 anos.

Em sua exploração desse terreno por vezes hostil, burocrático e pouco percorrido pelos que vieram antes dela, o Direito é para Lila uma bússola. “Quando você tem o conhecimento do Direito você consegue reivindicar as coisas certas nos lugares certos”. Seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se encontra em construção assim como sua transição. Também aborda questões de transgeneridade na área do Direito. Quase um relato de experiência em primeira mão. E assim como para muitos na graduação, essa trajetória final vem com os anseios e incertezas do final de curso. “Ultimamente o que eu mais tenho tentado trabalhar é frear esse meu tempo, que é mais rápido que o tempo do mundo, entendeu? Acho que eu giro mais rápido do que o mundo consegue girar em torno dele mesmo”. Longe de estar sozinha, Lila vive no país campeão em casos de transtorno de ansiedade, de acordo com dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) neste ano. Segundo o relatório, 9,3% da população brasileira lidam com o problema, média três vezes maior que a mundial.

No Brasil, para que transexuais tenham acesso à terapia hormonal, psicológica e cirurgia de redesignação de sexo, é preciso um laudo atestando que há um transtorno de gênero. A resolução adotada é a F64 da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10). Na escalada pela construção da identidade, somos também definidos por nossos transtornos e patologias? É essa a caixa oferecida a Lila pela medicina e pela justiça. Apesar da sentença favorável para mudança no registro civil, o juiz diferenciou Lila das “transexuais primárias”, aquelas que já realizaram a cirurgia. Há, assim, certo consenso - ou conformidade - por parte dessas instâncias de que as pessoas transgênero nascem no “corpo errado”, que uma generalidade delas rejeitam a genitália desde sempre até que corrijam essa disforia.

Hoje, ela tem o desejo de realizar a cirurgia, mas, como a maior parte das coisas, a questão não se resume a uma escolha entre A ou B. “Eu quero a cirurgia atualmente porque eu acho que é uma maneira de construir no meu corpo a forma feminina mais coerente e mais condizente com o que a gente entende como mulher nesse tempo”, explica. Os contornos buscados por Lila já se traçam em sua forma física. Cabelos ondulados e castanhos se agitam enquanto ela gesticula confiante, argumentando pelo direito de ser dona do seu corpo. “Claro que eu não vou deixar de ser trans nunca, mas uma pessoa que me conheceu agora não precisa dessa informação”. Almeja as possibilidades costumeiramente reservadas a quem nasce com o órgão sexual condizente com o gênero que se identifica: ter relações sexuais sem ser objeto de fetiche ou estranheza.

Lila Monteiro, sem trilhas ou mapas, desbrava uma mata fechada em sua aventura por enxergar-se e ser enxergada como mulher. Ansiosa, provida de ambições, às vezes confiante, às vezes cheia de dúvidas, tão complicada quanto a maioria de nós.

Fui vítima, e agora?

Peça ajuda à Ouvidoria institucional, ao Acolhidas ou à Vigilância

Por Talita Vital |

A UFU é como uma cidade. São cerca de 30 mil pessoas diversas em sua comunidade interna, em campi onde há leis, direitos e deveres, que organizam a vida em sociedade. Mas, às vezes, acontecem situações que desequilibram esse ambiente, como falta de respeito, preconceito, machismo, assédio moral e sexual, injúrias e intolerância.

Na comunidade externa, quando isso acontece, há órgãos de denúncias, reclamações e de repreensão. Na UFU também. Há canais institucionais, como a Ouvidoria, projetos de extensão, como o Acolhidas Ouvidoria, a secretaria de processos administrativos e a Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo (Copsia).

A Ouvidoria é o canal institucional da UFU que atende alunos, professores, técnicos e a comunidade externa. Criada em 2008, funciona presencialmente no Bloco 1A, Sala 133, no Campus Santa Mônica, ou ainda pelo telefone (34) 3239-4074 ou pelo [e-Ouv](#)

O ouvidor Thiago Callado Kobayashi explica que o setor está aberto para quaisquer questões acadêmicas e administrativas. A demanda é grande. Lá eles recebem sugestões, elogios, solicitações de informação, reclamações e denúncias. O órgão ouve essas demandas, recorre às partes envolvidas e entrega ao solicitante uma resposta institucional. “A Ouvidoria é um passo antes de um processo administrativo, de uma judicialização. Trabalhamos de forma dialogada. Nós mediamos e, às vezes, conciliamos as partes para que as coisas se resolvam na universidade de forma mais rápida e simples”, diz Kobayashi. Além disso, a Ouvidoria repassa as demandas para a administração superior, de modo que ela possa resolver problemas recorrentes.

O Acolhidas Ouvidoria também funciona como uma ouvidoria, porém, voltada somente para o público feminino e a violência de gênero. O trabalho é resultado de um projeto de extensão criado após um caso de tentativa de estupro em 2015, no Bloco 3D da UFU. O Acolhidas atua junto à Coopsia e ao Escritório de Assessoria Jurídica Popular (Esajup/UFU). Formado por 11 mulheres dos cursos de Direito e Ciências Sociais, desenvolve trabalho de ouvidoria especializada de atendimento à mulher. Existem quatro canais de atendimento: [a página no Facebook](#), o e-mail (acolhidas.ouvidoria@gmail.com), o [Instagram](#) e o plantão presencial que acontece às terças-feiras, das 13h30 às 17h, na sala de projetos da Esajup.

De acordo com dados da Acolhidas Ouvidoria, em 2016, foram feitas 83 denúncias - duas delas envolvendo relacionamentos homoafetivos. Em 2017, só neste primeiro semestre, a Ouvidoria recebeu mais duas denúncias do mesmo tipo. No mesmo período, o Acolhidas também recebeu uma denúncia de violência de gênero. Vale explicar que violência de gênero não é só violência física. Conforme o Acolhidas, discriminação, assédio, violência emocional, agressão verbal, insinuações, cantadas e casos de machismo e preconceitos são violências. “A violência de gênero não é levada tanto a sério porque está enraizada na sociedade, sem contar aquele tipo de coisa que acontece com as meninas e elas mesmo não têm noção de que estão sofrendo uma violência, tipo: ‘ah, no meu trote o meu veterano me beijou’. É um tipo de coisa que ainda está muito mascarada, naturalizada”, diz o coletivo.

Para fazer uma denúncia, basta procurar um desses canais. Na Ouvidoria da UFU, o site é o mais utilizado. Lá, o solicitante deve preencher uma ficha. Pode requerer o sigilo de identidade ou o anonimato. A resposta institucional tem 30 dias para ser entregue ao solicitante, mas esse tempo depende da seriedade do caso. Se o solicitante quiser seguir adiante com um processo administrativo, os ouvidores indicarão os órgãos ao qual recorrer.

No Acolhidas, o Facebook é o canal mais procurado. As estudantes ouvem a denúncia e mostram o que pode ser feito. Nesse caso, o grupo entra com um processo administrativo ou judicial. Entretanto, a maior dificuldade enfrentada é ter um encaminhamento efetivo. De acordo com o Acolhidas, as mulheres fazem o relato, mas depois não voltam para um encaminhamento. No primeiro semestre de 2017 foi feita apenas uma denúncia.



Serviço:

Ouvidoria UFU

Local: Bloco 1A, Sala 133, Campus Santa Mônica

Site: www.ouvidoria.ufu.br

Telefone: (34) 3239-4074

Acolhidas Ouvidoria

Local: Sala de Projetos da Esajup, às terças-feiras, das 13h30 às 17h

Facebook: fb.com/acolhidasouvidoria

E-mail: acolhidasouvidoria@gmail.com

Instagram: [acolhidasouvidoria](https://www.instagram.com/acolhidasouvidoria)

UFU Segura

Atendimento da Divisão de Vigilância

Whatsapp: 9-9996-4597

O que a escola e a universidade têm a ver com a vida da população LGBTQI?

Por Elenita Pinheiro de Queiroz Silva
Professora da Faculdade de Educação/UFU

Já há muito a educação escolar, no Brasil, tem sido proposta como direito de todos. Passada mais de uma década da promulgação da Constituição Federal, foi aprovado, em 1997, o documento das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica e, a partir dele, houve a formulação de sugestões curriculares propondo a inclusão transversal do tema orientação sexual na formação dos e das estudantes.

A preocupação com a educação sexual, sexo, corpo e gênero na escola, como apontam pesquisas na área da educação, data dos anos 1920 e pode ser rememorada por quem nela passou. As lições sobre o sistema reprodutor humano, as Doenças Sexualmente Transmissíveis, hoje, denominada Infecções Sexualmente Transmissíveis, os métodos contraceptivos, a fecundação, o sistema hormonal etc. explicitam o quanto a sociedade e a escola estiveram preocupadas com o corpo, o controle das condutas e as práticas sexuais.

Mas a escola também foi ocupada com as recomendações e a vigilância sobre como deve ser uma menina ou um menino; seus modos de agir, comportar, sentar, brincar, rir, falar. Sobre onde, quando e com quem eles e elas devem se relacionar, os jogos e as brincadeiras que podem ou não realizar.



Assim, a escola tem atuado sobre os modos de existência e participado da definição do que pode e deve um corpo. Reside na sua força operadora, na sua capacidade e autoridade de dizer sobre os corpos, a sua potência em fazer a vida florescer ou desaparecer, em participar do jogo que delimita qual vida vale e qual pode ser descartada, evitada, não digna de ser vivida. Essa última, refere-se, por exemplo, àquelas que desobedecem a referenciais universalizados e apontados como os considerados válidos a serem seguidos.

Quais seriam esses referenciais? São aqueles que, por exemplo, permitem e justificam a cultura de violência, desencadeada por modelo de pensamento que cria um destino binário para o corpo (ou se é homem ou se é mulher), modo padrão de sexualidade (heterossexualidade), raça/etnia aceitável (brancos em detrimento de pretos e pardos) e, assim, apagam as multiplicidades de existências. Essa cultura tem sido um forte mecanismo de atuação individual e institucional sobre a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers e intersexuais (LGBTQI), produzindo uma rede de sofrimento difusa.

A escola pode ser lugar de circulação de debate e conhecimento em torno desse modelo de pensamento e de cultura. As várias áreas de conhecimento no campo das ciências humanas, da saúde, das artes, da teologia, das biomédicas, entre outras, têm produzido saberes e tecnologias que possibilitam a educação da recusa aos modelos fixos e pr edeterminados das vivências das feminilidades, masculinidades e da orientação sexual.

Produzir outra educação na escola da educação básica e na universidade alia-se à urgência da problematização dos saberes sobre o que se tem dito nestas instituições e, conseqüentemente, pelo Estado, quanto aos processos desencadeados na história e nas sociedades e as verdades instaladas acerca das diferenças e dos modos de vida dos sujeitos.

Por um lado, é possível afirmar que nem mesmo aquilo que se afirmou no que foi denominado de estado democrático de direito – construção de igualdade de direitos, dignidade humana – tem sido assegurada à população LGBTQI, uma vez que essa tem sido sistematicamente excluída das escolas e universidades ou perseguida e violentada nesses espaços.

A essa população não são asseguradas - ora por normas, ora pelas práticas cotidianas ou por ambas - condições mínimas de existir: recusas ao uso do nome social, aos banheiros, à participação em grupos, em eventos e lugares institucionais.

A escola e a universidade são invenções que podem ser lugares privilegiados para dar a pensar sobre o tipo de pensamento que elimina a vida - no Brasil, a cada 25 horas, um indivíduo da população LGBTQI é barbaramente assassinado, o que coloca o país na liderança mundial de crimes contra esse grupo.

A admissão às diferenças é a exigência que, no tempo atual, se apresenta à educação escolar. Essa exigência convida a escola e a universidade à promoção de forças capazes de desmontar a política e o pensamento neoliberal, conservador, misógino, sexista, homo-lesbo-bi e transfóbico. Convida ainda a multiplicar as diferenças, formular modos de transformar os quadros de morte, guerra e violência, nos quais está situada a população LGBTQI, em quadros de proliferação da vida, conduzindo a um “tempo por vir”.

EXPEDIENTE

ISSN 2317-7683

O Jornal da UFU é uma publicação mensal da Diretoria de Comunicação Social (Dirco) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Av. João Naves de Ávila, 2.121, Bloco 1S, Santa Mônica - CEP 38400-902 - Uberlândia - MG

Telefone: 55 (34) 3239-4350

comunica.ufu.br | jornaldaufu@dirco.ufu.br

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RENATA NEIVA

COORDENADORA DE JORNALISMO

DIÉLEN BORGES

ASSESSOR GERAL

EDUARDO MACEDO

SECRETÁRIAS

FABIANA NOGUEIRA

TACIANA DE SOUSA

EQUIPE DE JORNALISMO

CRISTIANO ALVARENGA

DIÉLEN BORGES

FABIANO GOULART

HERMOM DOURADO

JUSSARA COELHO

MARCO CAVALCANTI

ESTAGIÁRIOS

AMANDA CRISTINA

DANIEL POMPEU

GIOVANA OLIVEIRA

LETÍCIA BRITO

MARCELA PISSOLATO

TALITA VITAL

PEDRO VITOR ALVES

EDITOR

MARCO CAVALCANTI

COEDITOR

PEDRO VITOR ALVES

DIAGRAMADORA

AMANDA CRISTINA

REVISORA

DIÉLEN BORGES

FOTÓGRAFOS

MARCO CAVALCANTI

MILTON SANTOS

REITOR

VALDER STEFFEN JÚNIOR

VICE-REITOR

ORLANDO CÉSAR MANTESE

CHEFE DE GABINETE

CLÉSIO LOURENÇO XAVIER

PRÓ-REITORA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

ELAINE SARAIVA CALDERARI

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

ARMINDO QUILLICI NETO

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

HELDER ETERNO DA SILVEIRA

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

DARIZON ALVES DE ANDRADE

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

MÁRCIO MAGNO COSTA

PREFEITO UNIVERSITÁRIO

JOÃO JORGE RIBEIRO DAMASCENO